



## **Entre embates e contendas: um balanço historiográfico sobre a cidadania no pós-Abolição**

Fábio Dantas Rocha\*

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo o conhecimento historiográfico produzido acerca das análises sobre o pós-abolição brasileiro. Partindo do discurso de Rui Barbosa proferido em uma manifestação da Sociedade Libertadora Baiana, no dia 29 de abril de 1888, em conjunto com outras associações abolicionistas, buscamos compreender as influências conceituais que uma recente historiografia do pós-1888 assume ao explicar as formas cotidianas e políticas de que o egresso da escravidão se valeu no período aqui assinalado. Utilizo sete trabalhos defendidos nos programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, entre os anos de 2000 e 2007, entre dissertações e teses, para discutir alguns de seus pontos principais, com o objetivo de demonstrar que essa nova produção, mesmo tendo íntima relação com a história social da escravidão e do processo de Abolição brasileiro, surge como um tema autônomo de estudo, ao lidar com as questões da cidadania negra do mundo pós-emancipação.

**Palavras-chave:** Historiografia. Pós-Abolição. Cidadania.

**Abstract:** This article have the propuse the discution of knowledge historiography produced about the analysis regarding the brasilian pos-abolicionism. Beginning with the speech of Rui Barbosa pronounced in a demonstration of Sociedade Libertadora Baiana (“Baiana” Freedom Society), on April 29, 1888, with anothers abolicionism associations, we´re looking for understand the concept influence in the new historiography about pos-1888 take on to explain the daily mode and politics the egress of slavery list between period here marked. Resort seven works endorsed in post-graduation institutes of Unicamp, since 2000 to 2007, among dissertations and thesis, we´re discuss some main points, with the focus to demonstrate this new production, although having close relationship with social history of slavery and the process of brasilian abolition, emerge as

---

\* Historiador - UNIFESP



an independent space of study, at the same moment to historicize the black citizenship of post emancipation world.

**Keywords:** Historiography. Post-Abolition. Citizenship.

### *Introdução*

No dia 29 de abril de 1888, no Teatro São João, em Salvador, Rui Barbosa discursou para o público que compareceu ao encontro promovido pela Sociedade Libertadora Baiana, em colaboração com outras associações abolicionistas. Naquela ocasião, o tribuno disse:

[...] a verdade tão certa como a eterna estabilidade das leis que regem o cosmo, é que esses núcleos de condensação e irradiação patriótica assignalam hoje os nossos pontos de orientação, no horizonte das coisas que estão por vir (BARBOSA, 1907, p. 272-273).

Rui Barbosa parecia prever a vitória abolicionista com quinze dias de antecedência. No teatro das coincidências, de um domingo (29 de abril de 1888) a outro (13 de maio de 1888). É intrigante a *premonição*. Mas não somos analistas de premonições, somos historiadores – cientistas *indiciários*. Então façamos as perguntas adequadas (GINZBURG, 2007).

Quem são os que escutam as palavras de Rui Barbosa? O que pensavam? O que os levou a aplaudir a fala? São essas questões que servirão de norte para esse texto. Não serão minhas palavras que analisarão esse discurso, talvez, nem seja esse discurso o objeto do texto, deixo isso para a produção historiográfica recente sobre o pós-abolição – o nosso real objeto de estudo.

Este artigo nasce de uma pesquisa, ainda em andamento, sobre as maneiras pelas quais a produção historiográfica brasileira lidou com o tema do pós-Abolição no Brasil. Esperando identificar um possível debate historiográfico acerca das condições sociais de uma população negra, livre e pobre brasileira no período assinalado, busca-se perceber o recente conhecimento histórico acerca das visões que dizem respeito à última geração de cativos e de seus descendentes brasileiros; sobre seus destinos e experiências após o 13 de maio de 1888. Para tanto, utilizaremos sete estudos monográficos, entre dissertações e



teses, defendidos nos departamentos de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Ainda sobre o objeto de análise deste artigo, cabe-nos ressaltar os critérios que justificaram o recorte aqui proposto. As reflexões postas nestas páginas estão ancoradas em estudos preliminares para um futuro trabalho de conclusão de curso no Departamento de História –EFLCH – Unifesp. No projeto que se pretende à qualificação, foram selecionados mais de trinta trabalhos monográficos de sete universidades espalhadas pelo país. Justifica-se, portanto, o nosso recorte, uma vez que a utilização de dissertações e teses procedentes da Universidade Estadual de Campinas teve, como critério, os motivos práticos da pesquisa ainda em andamento. Assim, é preciso ter em mente que não há uma preferência explícita por esse ou aquele estudo. O que se pretende é analisar uma parcela da historiografia lida até o momento, indicando os caminhos pelos quais tem seguido.

Por exemplo, a ausência da atual historiografia carioca, catarinense e rio-grandense neste texto não faz jus à importância que essas produções vêm assumindo no quadro geral dos estudos sobre o pós-emancipação no Brasil. Historiadores do Rio de Janeiro tem focado sua atenção em diversos aspectos que, em alguma medida, se aproximam dos trabalhos aqui apresentados. Estão presentes naqueles trabalhos, entre outros pontos, a noção processual entre o abolicionismo e o período pós-emancipação, a percepção de projetos distintos de liberdade e a importância que a elaboração e reelaboração da memória social da escravidão assumiu na vida cotidiana dos libertos.<sup>1</sup>

O tema do protagonismo negro no período posterior ao da escravidão é constantemente abordado de forma instigante por novos trabalhos produzidos dentro das universidades federais, estaduais e particulares da região sul do país. Estudos biográficos sobre personagens negras rio-grandenses ou catarinenses têm emergido como importantes ferramentas historiográficas para a compreensão das estratégias e as maneiras pelas quais essa parcela da população experimentou a sociedade pós-emancipacionista. Além de

---

<sup>1</sup> Para um bom panorama sobre essa produção é importante conferir o livro organizado por Marta Abreu e Matheus Serva Pereira (2011).



biografias <sup>2</sup>, a vida associativa, suas relações políticas e culturais tem contribuído fortemente para a destruição do mito da quase inexistência de negros no Brasil meridional. <sup>3</sup>

### *A recente produção historiográfica sobre o pós-Abolição*

Mas voltemos às questões. Quem eram os membros da Sociedade Baiana Libertadora? Segundo Ricardo Tadeu Caires Silva, seus frequentadores e coadjutores, mesmo que de diferentes origens étnicas e posições sociais, eram, entre outros, alguns membros da Faculdade de Medicina de Salvador, Pamphilo da Santa Cruz (redator e proprietário da *Gazeta da Tarde*, importante órgão de divulgação abolicionista), Manuel Quirino e Theodoro Sampaio, para citar os mais conhecidos. Contando com aproximadamente trinta sócios, esses influentes abolicionistas conseguiram articular de forma eficaz uma ampla rede de luta contra a escravidão, promovendo conferências, *meetings*, bailes e leilões para divulgação dos ideais do abolicionismo. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, em seu livro *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*<sup>4</sup>, afirma que a emoção foi um traço presente na construção dos discursos e nas ações emancipacionistas. Alforrias conquistadas aproximavam escravos de militantes em prol da Abolição. No entanto essa aproximação teria o limite claro entre “raça emancipada” e a “raça emancipadora”. Voltemos às palavras de Rui Barbosa (CAIRES SILVA, 2011; ALBUQUERQUE, 2009).

“Abolicionismo é reforma sobre reforma; abolicionismo é reconstituição fundamental da pátria; abolicionismo é organização radical do futuro; abolicionismo é renascimento nacional” (BARBOSA, 1907, p. 274). Ele continua:

Fazendo da abolição uma empreitada entregue ao partido reactor (bem vinda colaboração!) a corôa enfraqueceu substancialmente a autoridade das futuras pretensões à resistencia; e bem pouco vê quem não percebe a gravidade do golpe republicano que ella candidamente desfechou nos

---

<sup>2</sup> Nesse sentido, uma interessante biografia histórica de Domingos Sodré, realizada por João José Reis (2008). É um importante exemplo de como os trabalhos biográficos podem ajudar na compreensão das possibilidades estratégicas dos agentes históricos inseridos na vida cotidiana. Além disso, esse tipo de estudo tem nos possibilitado alcançar a relação entre os micro e macro no entendimento da vida social brasileira.

<sup>3</sup> A respeito dos novos caminhos seguidos pela historiografia do pós-abolição no Brasil meridional, conferir as edições de Regina Célia Lima Xavier (2007, 2012). Petrônio Domingues (2009, 2011) também oferece um interessante balanço historiográfico sobre o assunto.

<sup>4</sup> Publicado originalmente como sua tese de doutorado, com o título Exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia 1880-1900), defendida no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, no ano de 2004.



próprios interesses, levando o elemento conservador até às fronteiras da reforma social (BARBOSA, 1907, p. 275).

“Abolicionismo é reforma sobre reforma”, “aboliconismo é organização radical do futuro; abolicionismo é renascimento nacional”, “fazendo da abolição uma empreitada entregue ao partido reactor”, “golpe republicano”. Estas são expressões de efeito que denotam o fim do binômio estruturante das relações sociais do sistema escravista, senhor-escravo (ALBUQUERQUE, 2009). No entanto, sigamos os rastros deixados por Rui Barbosa. Para ele, a abolição é organização radical da sociedade, através de reformas sobre reformas, impulsionada pelo partido republicano, que força a coroa ao *candido* abolicionismo. Guardemos essa informação!

Wlamyra de Albuquerque analisa uma festa abolicionista organizada pela Sociedade Libertadora. Entre discursos e poemas, o “banquete da civilização” fora montado para que os principais nomes da Libertadora se sentassem à mesa, enquanto, em pé, ao lado, um grupo de escravos aguardava a entrega de suas cartas de alforrias. Aparecem nessa encenação os pensamentos sobre a Abolição dos membros daquela associação. Nota-se a distinção entre a “raça emancipadora” e a “raça emancipada”. A historiadora pode nos responder a questão acerca do que pensavam esses membros. Para ela, o movimento abolicionista “institui-se como salvação possível para o drama dos escravos, reforçando a ideia de tutela”, imprescindível sobre os libertos (ALBUQUERQUE, 2009, p. 82-83).

Mais adiante, Barbosa continua:

Hoje a regência pratica às escancaras, em solemnidades publicas, o acoitamento de escravos, fulminado, contra nós, como roubo, pela infame lei do império, uma lei de hontem. Mas isso depois que dos serros de Cubatão se despenhava para a liberdade a avalanche negra, e o *não quero* do escravo impôz aos fazendeiros a abolição (BARBOSA, 1907, p. 277).

E termina:

[...] vou apertar esta victima do cativoiro, resgatado hoje aqui mesmo. A eloquência com que ella, ainda ha instantes, nos admirava, é digna da tribuna popular, e demonstra a espontaneidade vigorosa da raça infamada pela pirataria da escravidão” (BARBOSA, 1907, p. 279).

São por esses veios que o discurso de Rui Barbosa corre. Percebendo a Abolição como um campo político, propício para a construção de uma memória do processo de



emancipação como fruto do empenho e da dádiva republicana. Tiremos da gaveta a informação guardada: se abolicionismo é organização radical da sociedade, como reforma dos *males* escravistas, essa ordem deveria estar sob o comando republicano dos abolicionistas.

Para Albuquerque (2009, p.40) o processo de abolição é o tempo histórico onde são vivenciados, urdidos e disputados os limites, os “lugares sociais” da cidadania negra, onde surgem noções de diferenciação racial. Em seu livro, esta autora demonstra os caminhos pelos quais a noção de raça pautou a construção de lugares sociais para negros e brancos.

Descrevendo os conflitos, os medos senhoriais da “preponderância da raça africana no Brasil”, as significações e ressignificações do processo abolicionista, ela consegue tornar histórico o conceito de raça, mostrando que a racialização de uma sociedade é fruto de construções sociais historicamente postas. Para tanto, problematiza a memória da emancipação escrava, mostrando que, se por um lado, discursos e representações republicanas, como as de Rui Barbosa, elas entraram em constante conflito com as interpretações da *raça emancipada*. Enquanto abolicionistas – tais quais os membros da Libertadora – diziam vestir os louros da vitória abolicionista, a apropriação da imagem da princesa Isabel como Redentora, por parte da população negra, demonstrou o potencial interpretativo dos ex-escravos e da classe popular conflituoso como o ideal republicano (ALBUQUERQUE, 2009).

Assim, ao investigar as estratégias de construção daqueles lugares sociais, também analisou estratégias sabotadoras do imaginário *abolicionista* baiano. Desde a convicção do primado branco nas tomadas de decisões políticas, até as ações da Guarda Negra e suas implicações nas questões do Império, Albuquerque mostrou que o processo de racialização na sociedade baiana, de fins do século XIX, foi fruto da marcha, dos conflitos e ressignificações abolicionistas que acabaram por deixar suas marcas no Brasil pós-emancipação. Em suma, a racialização *à brasileira* acabou por impossibilitar “os homens de cor de verem seus filhos retirados das ‘profundas trevas’ a que a ausência de cidadania os relegou” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 244).

No entanto, se é compreensível que o processo de formação da cidadania no Brasil tem íntima ligação com o conceito racialização, essa compreensão não nos basta. É preciso



articular os diferentes posicionamentos das elites, da população negra e nacional pobre para entender os mecanismos forjadores de certos limites dessa cidadania no país pós-Abolição. Assim, como ressalta Albuquerque, o processo emancipacionista é um excelente ponto de partida para esse “desvendar” das relações raciais e dos lugares sociais no Brasil (ALBUQUERQUE, 2009).

A racialização é um ponto conceitual importante para uma recente historiografia do pós-1888. É importante ressaltar que, para essa nova linha de pesquisa, a lei Áurea não fundou o racismo no Brasil. Desde os tempos coloniais e do Império, a noção de raça estruturou as hierarquias sociais no país. O que torna intrigante os anos posteriores de 1888 são os resíduos que o desmantelamento do escravismo deixou para a dinâmica social da nova sociedade republicana. Como salienta Wlamyra de Albuquerque, se o sistema pós-escravista não inaugurou o racismo, ou ainda, a diferenciação social a partir do critério cor/origem, esse sistema se utilizou daqueles fundamentos para a redefinição de hierarquias sociais, de forma a dar novo significado para antigos binômios, como senhor-escravo.

Nesse ponto, a historiografia brasileira tem recebido contribuições dos trabalhos, específicos ou comparativos, sobre o processo de emancipação nos Estados Unidos e no Caribe. O próprio conceito de racialização, expressa a relação entre uma historiografia norte-americana e os estudos do pós-Abolição no Brasil. A historiadora estadunidense Barbara Fields, ao inquerir sobre as formas pelas quais a noção de raça respaldou as hierarquias sociais nos Estados Unidos, chama-nos à necessidade de entender a historicidade dessa noção. Substituir o termo *raça* por racialização nos dá a ideia de movimento, de discurso em constante transito, “à mercer das circunstâncias de cada tempo e lugar” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 35)<sup>5</sup>.

A dissertação de mestrado de Silvana Santiago é outro exemplo da apropriação que a historiografia brasileira tem feito deste termo. Estudando a constituição de estereótipos relacionados à sexualidade e beleza das mulatas cariocas, Santiago percebe que a ideia de

---

<sup>5</sup> É possível inferir que a historiografia sobre os processos emancipacionistas do Caribe e dos Estados Unidos contribuíram fortemente para o amadurecimento do conceito de racialização. Como indicação em relação ao termo racialização, à reinterpretação da ideia de raça em diferentes países, é importante salientar a obra de Frederick Cooper, Rebecca J. Scott e Thomas C. Holt (2005) referentes a reorganização das sociedades norte-americanas, caribenhas e africanas no pós-abolição.



raça esteve intimamente ligada a formação de identidades nacionais no pós-emancipação. Estes estereótipos são elaborados e reelaborados constantemente por discursos sociais capazes de fixar significados distintos, para, também distintas, personalidades coletivas. Num Rio de Janeiro, perpassado pelo *boom* das reformas urbanas, a historiadora entende que a concepção de racialização possibilitou a percepção de que a cor “servia (e serve), em muitos casos, para revelar o quanto a racialização era uma perspectiva presente, ainda que de forma velada, nas delegacias, tribunais, e entre os próprios indivíduos sujeitos ao seu uso” (SANTIAGO, 2006, p. 6-7).

Pensando que as noções de cor e de raça passam a designar sentidos às vidas dos sujeitos históricos, nota que, tal como Albuquerque, a base racializada da sociedade carioca foi central na luta social pela constituição de lugares sociais. Investigando a vida de mulheres pobres, Santiago desvenda os conflitos entre protagonistas de suas próprias histórias e uma sociedade que tem por mote a concepção moralista de que à mulher cabe, única e exclusivamente, o conforto do lar. Mas como enquadrar estas tantas mulheres negras estereotipadas pelas e regras morais, tendo em vista o cotidiano de trabalho delas e, considerando que em muitos casos, eram pobres e absolutamente independentes?

Percorrendo processos-crime, a autora vê que o processo de racialização da sociedade carioca se constituiu como um fator complicador para a sociabilidade dessas mulheres. Afinal, além de pobres que ganhavam a vida em trabalhos pelas ruas - e que as tem como ambiente primordial de sociabilidade - eram mulheres negras que, por sua condição social ou cor de pele, acabaram por fugir do modelo republicano de moralidade e ética do trabalho. Mas a despeito da consolidação dos estereótipos sociais, essas mulheres criaram estratégias de contestação àquele modelo de feminilidade e que, por isso, foram perseguidas pela polícia de início do século XX. Perseguidas ou não, vítimas ou algozes, elas mostraram saber lidar e driblar, por vezes, os mecanismos de controle social.

De forma geral, desde os anos 1990, trabalhos sobre o emancipacionismo e o pós-abolição recebem uma crescente atenção dos historiadores brasileiros. Como podemos ver nos trabalhos de Silvana Santiago e Wlamyra de Albuquerque, as relações inter-raciais têm ganhado fôlego neste tipo de produção historiográfica. Outros pontos característicos desse tipo de estudos têm sido a ampliação da noção de trabalho livre. Muito se tem discutido





sobre a importância de não separação metodológica entre escravidão e trabalho livre<sup>6</sup> uma vez que estudos empíricos comprovam que não há uma ruptura radical – com a Abolição - no mundo do trabalho brasileiro. (LARA, 1998, p. 27) Com nova lente, desde os anos 1990, ao invés de transição, ou substituição do trabalhador escravo pelo livre<sup>7</sup>, os historiadores tendem a enxergar os anos finais do escravismo, assim como os iniciais da República, como parte de um processo onde o primeiro evento não aparece como ruptura dependente do segundo. Não tratam de continuidades, nem mesmo de rupturas; isso simplificaria sobremaneira a dinâmica dos conflitos no Brasil pós-escravista. (FRAGA FILHO, 2004, p. 18) A noção de processo, nos estudos sobre a Abolição, surge para essa historiografia com forma primordial de explicar que “noções diferentes de liberdade e de trabalho livre estiveram em luta no final do século XIX e início do XX”. (LARA, 1998, p. 28) Portanto, o viés da *transitoriedade* ou da *substituição* não levaria em conta a complexidade desse momento histórico.

Em *Encruzilhadas da liberdade*, Walter Fraga Filho (2004) analisa as implicações do fim do cativeiro sobre as vivências cotidianas das populações negras no Recôncavo Baiano de 1870 a 1910. A ênfase do historiador foi a busca das marcas, não esquecidas, da luta pela emancipação depois do fim da escravidão. Para ele, laços de solidariedade entre escravos e suas redes familiares permaneceram e se ampliaram nos anos seguintes à Abolição. Seus estudos comprovam que os escravos tinham possibilidades de constituição familiar e de manutenção de sua autossuficiência, em certa medida estável, ao longo de gerações. Essas relações familiares, em grande medida, foram de vital importância para definições de estratégias dos ex-escravos no *mundo livre*. Contribuindo para a formação de sólidas comunidades, Fraga percebe um intercâmbio entre escravos, mesmo de diferentes propriedades, fortificado por festas, batizados ou casamentos. Nesse sentido, busca reconstruir essas trajetórias familiares, mas também individuais, dos libertos, como modo de deslindar suas diferentes significações de liberdade, seus distintos projetos de vida e suas aspirações ao trabalho.

---

<sup>6</sup> Diversos são os estudos que apontam que, mesmo durante a escravidão, o trabalho livre não foi inaugurado com a Lei Aurea ou, muito menos, pela imigração. Na bibliografia existente, destacam-se: CHALHOUB, 2001; CHALHOUB; RIBEIRO; ESTEVES, 1985; ALENCASTRO, 1988.

<sup>7</sup> Comumente associada ao imigrante e à experiência paulista do processo de fim da escravidão, a ideia de substituição e ruptura acabou por excluir a presença do ex-escravo dos estudos sobre os projetos de reorganização do mercado de trabalho pós-1888. Para maiores detalhes ver: (LARA, 1998).



Na interpretação deste autor, os últimos anos da escravidão constituíram-se em um eixo de tensões que iram pautar a luta por direitos e recursos materiais de vida dos escravos em relação a seus antigos senhores. Fraga Filho ressalta que durante a escravidão, tanto escravos, como libertos, tinham a prática comum do cultivo de gêneros de subsistência dentro dos engenhos em que viviam, muitas vezes destinando-os à venda em feiras locais. Para além do cultivo escravo de gêneros agrícolas – uma produção de subsistência -, a documentação utilizada por Walter Fraga Filho demonstra a existência de pagamentos em dinheiro para escravos, por prestarem serviços extras. É em torno dessa autonomia escrava<sup>8</sup> que se deu a conflituosa relação entre ex-escravos e ex-senhores no pós-emancipação.

Mas de onde vem esse tipo de interpretação sobre a autonomia escrava? Quando Ciro Flamarion Cardoso (1987) discutiu a questão da “brecha camponesa”, lançou-se a um importante debate teórico. Para esse autor, o desejo e capacidade do escravo de plantar e vender seus produtos é um importante fator dentro do escravismo colonial. O pequeno número de páginas do livro *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*, de João José Reis e Eduardo Silva (2009), não é indicativo da sua importância historiográfica. De forma célebre, os autores apresentam provas de escravos trabalhando em lavouras próprias, cultivando e vendendo seus produtos. Eles atestam a existência de uma economia própria para os escravos. Vão além, discutem não apenas o aspecto econômico da *brecha camponesa*, mas, sobretudo, seu caráter mantenedor da ordem escravista.

Para Eduardo Silva, controle e vigilância eram partes constitutivas da fazenda escravista, como formas de garantir a produção agrícola. Nesse sentido, a *brecha camponesa* torna-se um mecanismo de controle e manutenção da ordem, haja vista que, sem apelar para a força, ao possibilitar que o escravo adquirisse “tabaco, comida de regalo, uma roupinha melhor para mulheres e filhos”, essa ideologia tinha por motivo principal criar uma válvula de escape das pressões do sistema escravocrata de modo que criasse “a ilusão de propriedade”. Afinal, ela distrairia da escravidão e prenderia ainda mais o escravo a terra, “mais que uma vigilância feroz e dispendiosa” (REIS; SILVA, 2009, p. 31).

---

<sup>8</sup> Termo retirado do artigo de Maria Helena Pereira Toledo Machado (1988).



No entanto, essa pequena ilusão de propriedade não funcionou única e exclusivamente como mecanismo de controle do escravo, constituiu-se em direito adquirido. Para a Maria Helena Machado, a questão da *brecha camponesa* extrapola a ideia de pequenas propriedades ou produções escravas, pois a autonomia escrava estaria expressa em parâmetros mais amplos: menor disciplina no trabalho, menor vigilância, autonomia de movimento (MACHADO, 1988). Mesmo que para o senhor o direito concedido representasse uma estratégia paternalista, deve-se perceber que ceder terra a um escravo é, no limite, reconhecer uma série de direitos. Logo, furtos, roubos, brigas e assassinatos estariam inseridos em uma rede de percepções de direito que o escravo alimentaria em relação ao trabalho que realizava (MACHADO, 1987, p. 45).

São essas percepções de direito que Walter Fraga Filho (2004) levanta como pontos cruciais para as relações entre ex-escravos e ex-senhores. Como um momento crítico para o sistema escravista, as experiências sociais do processo de Abolição do trabalho escravo pautaram as expectativas dos ex-escravos no mundo em liberdade. Seus projetos de liberdade e desejo pelo distanciamento do passado escravista fundamentaram suas experiências futuras. Assim, os conflitos em torno das novas relações de trabalho estão intimamente ligados às noções de liberdade, tanto de ex-senhores, quanto de ex-escravos.

Os movimentos sociais que ocorreram após a abolição estavam impregnados de sentidos e expectativas forjadas nos embates antiescravistas.

Estranhamente este aspecto das tensões sociais do período ainda não foi objeto de estudos sistemáticos. Na verdade houve uma espécie de apagamento da participação dos ex-escravos nas lutas sociais de então. Era como perdessem sentido com o 13 de maio e pertencessem irremediavelmente a um passado que se queria apagar (FRAGA FILHO, 2004, p. 344).

A experiência do cativo, tanto no período de vigor do escravismo, quanto no processo de emancipação, marcaram vidas e significados atribuídos pelos libertos e ex-escravos no pós-Lei Áurea. Existe um nexos entre as estratégias e identidades pré-Abolição e os projetos da população negra no pós-Abolição. O conceito de processo, nos estudos sobre a Abolição, surge com forma primordial de explicar que “noções diferentes de liberdade e de trabalho livre estiveram em luta no final do século XIX e início do XX” (LARA, 1988, p. 28-34).



Interpretações da liberdade: eis um ponto de flexão dessa historiografia social do pós-Abolição, cuja influência está nos estudos da geração historiográfica dos anos 1980 sobre a escravidão brasileira. Sidney Chalhoub realiza a descrição densa de Clifford Geertz das centenas de processos crimes que analisou. Em sua tese de doutorado, de 1989, *Visões da liberdade*, historiciza sistemas de valores, crenças e condutas populares de tal modo que pensa o *acontecimento* da Abolição como processo histórico, não como transição do trabalho escravo para o livre. Isso evitaria “a noção de linearidade e previsibilidade de sentido no movimento da história” (CHALHOUB, 2003, p. 19). Afastando-se da ideia de “transição” que liga o declínio da escravatura à lógica de produção e do mercado em transformação, este autor entende que a abolição é processual, pois, no fogo dos acontecimentos, impera a imprevisibilidade, a indeterminação. E, ao recuperar as diversas relatividades dos acontecimentos históricos do período que levou o Brasil ao fim do trabalho escravo, Chalhoub tenta compreender – de forma primorosa e como poucos – “o sentido que as personagens históricas de outra época atribuíram às suas próprias lutas” (CHALHOUB, 2003, p. 20).

Em síntese, desde meados dos anos 1990, diversos estudos sobre as relações de trabalho pós-escravidão tem levado em conta as diversas *visões da liberdade* e trajetórias de vida cotidiana da população emancipada no Brasil (CUNHA, 2007; AZEVEDO, 1999; RIOS; MATTOS, 2005). Por esse enfoque, se aos cativos não foi possível suspender seus poderes de decisão sobre suas vidas, o que dizer da população emancipada? Definitivamente, não foram agentes passivos depois do tão esperado e batalhado treze de maio.

A nova abordagem metodológica desses estudos possibilitou uma melhor compreensão das vivências cotidianas dos agentes históricos em seu tempo.<sup>9</sup> Os critérios de redução do objeto de análise dessa historiografia, aproximando-se ao método antropológico, ajudaram na reconstrução das experiências sociais daqueles agentes dotados de vontades dentro das sociedades em que viveram.<sup>10</sup> Assim, as novas concepções acerca dos processos de formação do mercado de trabalho livre no Brasil tenderam a levar em

---

<sup>9</sup> Para um bom entendimento do conceito de *experiência* recomenda-se a leitura dos estudos de E.P. Thompson (1981, 1998, 2004).

<sup>10</sup> A respeito das novas perspectivas que a metodologia e das possibilidades analíticas que a micro-história pode oferecer, ver o artigo de Jacques Revel (2010).



conta a noção de culturas e consciências compartilhadas, que determinam as condições de comportamentos e de sociabilidade dos grupos sociais. Essa grande revisão teórica e metodológica redefiniu a noção de “dinâmica histórica e da estratificação social, bem como das identidades e estratégias sociais” (CASTRO, 1997).<sup>11</sup>

É isso que a historiografia de final dos anos 1980 e início dos anos 1990 pode nos ensinar sobre pós 13 de Maio. Ela problematizou a oposição entre escravidão e liberdade. O final do século XIX não pode ser entendido como a época de uma simples e inevitável substituição do escravo (negro) pelo trabalhador livre (branco e imigrante). Agora, deve-se pensar a formação do mercado de trabalho livre como processual, repleta de conflitos, resistências, vitórias e derrotas (AZEVEDO, 1987; CHALHOUB, 2003; MACHADO, 1994).

Disciplina do trabalhador livre, experiências pós-emancipacionistas, são destas perspectivas que os trabalhos recentes da historiografia aqui discutida tem partido. Cláudia Alessandra Tessari, Lúcia Helena Oliveira Silva, Silvio Humberto dos Passos Cunha e Robério Santos Souza compartilham da ideia de que a *transição* para o trabalho livre no Brasil se deu de múltiplas formas, levando em consideração diferentes localidades e contextos sociais, políticos e econômicos.

Tessari tem como tema os momentos decisivos de formação e consolidação do mercado de trabalho livre brasileiro. Pensando sobre a incorporação do ex-escravo ao mercado de trabalho e à nova sociedade pós-1888, analisa a incorporação da mão de obra imigrante nas fazendas de café em Piracicaba - zona Central do Estado de São Paulo, comumente chamado de Oeste Paulista – e as tentativas de domínio e controle sobre a população negra da região.

A historiadora demonstra as formas pelas quais os ex-senhores utilizaram sua influência política e sua autoridade local para manter uma série de mecanismos de controle sobre a mão-de-obra negra, de tal forma a poder mantê-la presa aos trabalhos nas fazendas

---

<sup>11</sup> É importante ressaltar a contribuição que os estudos sobre o período pós-emancipação norte-americano forneceram à produção historiográfica brasileira de fins dos anos 1980. Como referência, é de extrema importância a leitura do livro de Eric Foner, que nos fornece subsídios teóricos para a concepção de agência dos recém-emancipados. Assim, guardadas as particularidades da historiografia social da escravidão brasileira, essa obra ajudou para a formulação do arcabouço teórico de nossa historiografia social da escravidão, possibilitando uma melhor análise acerca das experiências de escravos e ex-escravos.



de cana-de-açúcar da região. Acentua, assim, a coerção moral em relação aos libertos como importante recurso para a *condução* do negro ao trabalho. Na verdade, analisa que, sob a alegação de despreparo dos recém libertos, os ex-senhores, impossibilitados de aderir à alternativa de uso da mão de obra imigrante, pautaram-se em estereótipos raciais<sup>12</sup> da época, para instituir uma moral do trabalho nos recém egressos da escravidão.

O próprio termo vadiagem, utilizado pela polícia para deter todo e qualquer um que fosse contra os preceitos de *bom comportamento* e, portanto, *bom trabalhador*, deveria ser abrangente. Numa época de grandes transformações dos padrões de sociabilidade e de trabalho, o medo da classe dominante impulsionava-a em direção as políticas e medidas de repressão, sugeridas pelos proprietários. Tinham como objetivo “obrigar o liberto a manter um contrato de trabalho, sob pena de ser preso ou pagar multas, caso fosse pego sem o devido contrato assinado por seu patrão” (TESSARI, 2000, p. 221). Para Tessari, essa repressão marcou o pós-Abolição piracicabano, no sentido da constituição de seu mercado de trabalho livre.

Foi nas primeiras décadas do regime Republicano, entre agitações urbanas e consideráveis transformações das relações, que uma nova ideologia do trabalho começa a ser elaborada de forma mais persistente.<sup>13</sup> Com o objetivo central de dar maior préstimo ao *bom empregado* - ao trabalhador esforçado e dedicado – essa nova *moral* acabaria por perseguir, incontestemente, todos aqueles que, por ventura, parecessem fugir a essa norma (CHALHOUB, 2001).

Chalhoub ressalta que já na passagem do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro foi marcada, por um lado, pelo cientificismo do final do século XIX, por outro, pela ideia de modernidade que tracejou a ideologia liberal republicana. É dentro desse caldo *científico-modernizador* que esse centro urbano se expande cada vez mais, abrigando

---

<sup>12</sup> Sobre o tema, é importante a leitura de SCHWARCZ (2012), SKIDMORE (2012), ALBUQUERQUE (2009). Sobre as visões da alta sociedade republicana e de suas autoridades acerca da população pobre e, por que não, negra, no país, ver: CHALHOUB (2001); RAGO (1985); CARVALHO (1987).

<sup>13</sup> Na verdade, esse debate é anterior ao regime Republicano. Azevedo (1987), já ressalta o debate das elites em torno das consequências que o fim da escravidão traria. Nesses debates podemos perceber, entre vários outros aspectos, a grande preocupação de deputados acerca do caráter do trabalhador nacional pobre (brancos e negros). Ideias pedagógicas foram pensadas, mesmo que não atendidas em sua totalidade, segundo significações racializadas, num sentido de atribuir ao trabalhador nacional *o gosto pelo trabalho, a repulsa pela embriaguez, pelo ócio e pela vadiagem*.



uma grande população de despossuídos, ex-escravos, muitos deles migrantes de diferentes áreas rurais do país, e imigrantes europeus. Como grande centro urbano e capital do Brasil, a cidade do Rio parecia oferecer consideráveis oportunidades de trabalho, sociabilidade e boas condições de estabelecimento de uma vida – mesmo que pouco – mais estável. É nesse momento de *boom* populacional que as reformas de Pereira Passos vislumbraram a possibilidade de constituição de uma *Paris dos trópicos*.<sup>14</sup> Essas reformas urbanas acabaram por influenciar e interferir drasticamente no cotidiano de trabalhadores dessa cidade, que, de diversas formas, resistiram à tentativa de disciplinarização moral de seus modos, costumes e tempos de trabalho ou lazer (CHALHOUB, 2001).

Lúcia Helena Oliveira Silva (2001), em sua tese de doutorado, também encontra esses trabalhadores da cidade carioca. Focando seus esforços na migração paulista de ex-escravos e afro-descendentes para a cidade do Rio de Janeiro no período de 1888 à 1926, a historiadora investiga as motivações de negros e negras para trocarem um estado por outro. O que ela buscou compreender foram os motivos que esses personagens levaram em conta ao abandonarem os seus, já citados, laços de amizade e parentesco. Pesquisando nos livros de registros de presos da Casa de Detenção da Corte/Distrito Federal (da, agora, cidade do Rio de Janeiro), a autora desvenda os caminhos pelos quais esses migrantes seguiram para um relacionamento tanto com os habitantes dessa cidade, como com as autoridades policiais. Dessa forma, consegue encontrar o reduto dessa parcela da população negra, tanto quanto suas formas de interação social no espaço físico da cidade. Para tanto, além de pensar nos motivos da saída que o Estado de São Paulo forneceu, irá refletir acerca dos fatores de atração da cidade carioca. Silva, afirma em seu trabalho que a “raça preta” migrou em busca de melhores condições de vida e menor violência. Se a experiência de liberdade proporcionou uma visão de autonomia, quando esses ex-escravos viram na cidade do Rio de Janeiro, na possibilidade de refazer suas vidas, afastando-se das lembranças do cativeiro, existiu uma reelaboração de representações de mundo, onde a opção pela migração estaria presente. Mas a autora mostra que essa esperança de sociabilidade não se deu sem conflitos, sem impasses, num espaço físico-social onde já havia uma tentativa bem definida de disciplinarização da presença negra e pobre. No

---

<sup>14</sup> A república representaria a epifania da modernidade, nesse sentido as reformas urbanas cariocas tinham como princípio o esquecimento, a destruição, do passado monárquico e escravocrata, portanto antiquado retrógrado, oposta da, então nova, civilização (CHALHOUB, 2001).



entanto, esses atores históricos, pela busca de uma vida independente que a dinâmica cafeeira paulista não lhes possibilitava, não perderam a probabilidade de criação de estratégias que possibilitassem a realização do desejo de trabalhar movidos por suas próprias escolhas.

Seguindo caminho paralelo, mas não oposto ao de Lúcia Helena Oliveira Silva, Sílvio Humberto dos Passos Cunha (2004) busca relacionar o âmbito econômico ao racismo na sociedade do Recôncavo Baiano do pós-emancipação. Pensando em “transições”, ao invés de “transição”, o autor analisa o debate historiográfico das teorias econômicas brasileiras – que teve como modelo mais radical a teoria da dependência – dizendo que daquela perspectiva pouco se poderia ver a integração total dos ex-escravos a uma nova ordem de progresso capitalista. Rechaçando a ideia de anomia social do escravo, afirma, contra o economicismo desenvolvimentista, a incapacidade desse arcabouço teórico em explicar o subdesenvolvimento brasileiro. Assim, Sílvio Cunha leva em conta o racismo, dentro das decisões econômicas, atribuindo uma dimensão política e econômica à ideia de raça. Utilizar-se do exemplo do Recôncavo Baiano açucareiro no processo de emancipação do trabalho escravo e o seu *por vir* lhe serve de grande apoio. Ao perceber que ali não houve uma real desestruturação do mercado de trabalho, mesmo que não tenha havido imigração para esse local, relaciona, assim como Walter Fraga Filho, a ideia de controle e disciplina do trabalho em relação ao liberto como fator preponderante para a maior, ou menor, exclusão do negro do mercado de trabalho. O interessante desse trabalho é a relação que faz entre aspectos econômicos da produção açucareira e a função do racismo no processo de estratificação da sociedade.

Cunha admite que devem ser ponderados “os nervos e a histeria” na centralidade das condições objetivas da economia (PASSOS CUNHA, 2004, p. 144). Destarte, com a importância que atribui às *condições nervosas* intrínsecas ao mundo econômico, percebe que não pode haver nenhuma espécie de determinismo, afinal o futuro é resultado efetivo das ações e das relações humanas. Nesta análise das condições do *mundo econômico* dos ex-escravos, o autor nos faz perceber que o espírito racista ex-senhorial da tentativa de manter o controle da mão-de-obra negra existe e marginaliza (ora mais, ora menos) o negro das relações sociais de trabalho. No entanto, a noção de racialização nas próprias ressignificações desses negros os levou a lutar por seus ideais acerca dos lugares sociais





que deveriam ocupar; preservando e reelaborando a religiosidade de matrizes africanas e concebendo uma ética própria do trabalho. O negro no pós-abolição, portanto, resiste, o quanto pode, às tentativas, também racializadas, de opressão (PASSOS CUNHA, 2004).

*Tudo pelo trabalho livre*, expressão utilizada como título do livro de Robério Santos Souza, parece ser o grande tema de fins do século XIX e início do século XX no Brasil. Como vimos, os grandes conflitos *racializados* desse período giram em torno da noção de disciplinarização capitalista das relações de trabalho, paradoxalmente, segundo antigos estereótipos senhoriais. No entanto, essa historiografia recente sobre o pós-abolição vem esclarecendo que o estabelecimento de tal *regra moral* é um eterno decurso, repleto de divergências, resistências e, no mais, problematizado culturalmente pelos indivíduos ou grupos que experimentaram cotidianamente a pretensão de tal projeto.

Dissertação de mestrado, defendida originalmente em 2007, sob o título *Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909)*, o livro de Robério Souza averigua o seguimento histórico da construção da estrada de ferro da Bahia ao São Francisco. Tratando das experiências de trabalho de ferroviários baianos nessa construção, em princípios da República, e nota a massiva presença de trabalhadores negros. Demonstra, também, que as relações entre patrões e empregados dessa ferrovia - assim como a relação entre eles com a população de algumas cidades próximas às linhas de ferro - acabaram por impulsionar uma identidade de classe entre os agentes históricos envolvidos na história da companhia férrea.

Indo contra as teorias de que o trabalhador negro não participou como ferroviário no Brasil, afirma que, desde 1858, houve um aproveitamento de trabalho escravo na ferrovia, lado a lado, com trabalhadores livres. Admite que foi considerável o número de trabalhadores imigrantes nas estradas de ferro baianas. No entanto, afirma que a presença negra foi a sua principal força de trabalho. (SOUZA, 2007, p. 42) Como moradores da região, com seus laços de solidariedade já estabelecidos, levariam vantagem em relação ao trabalhador estrangeiro; levando-se em conta suas possibilidades de sobrevivência e de trato com o restante da população.

É esse trabalhador que irá se voltar contra regimentos disciplinares orientados por antigas experiências senhoriais. Com o intuito de estabelecer modos e padrões de vestir,



portar-se e, principalmente, com normas rígidas acerca do tempo do trabalhador, os regimentos internos obrigavam os ferroviários ao cumprimento de jornadas de trabalho exorbitantes. Enfim, entre tantos casos ressaltados pelo historiador, pode-se perceber que à lógica de trabalho imposta pela companhia férrea, os trabalhadores constantemente comparavam-na às formas de tratamento de trabalhadores escravizados. Assim como em Walter Fraga Filho, Silvio Humberto Cunha, Cláudia Tessari e Lúcia Helena Oliveira Silva, Robério Souza identifica a influência das experiências dos tempos da escravidão na constituição de identidades individuais e coletivas. Mas o que torna digno de nota este trabalho é que, nele, identificamos uma nítida consciência de classe entre aqueles trabalhadores e a população local. O episódio do sequestro de 12 locomotivas, narrado por Souza, é formidável para entender a emaranhada relação intra-classe. É através da análise de greves e das danificações de maquinários, de trens e trilhos que se pode identificar a formação dessa consciência de classe, que muito se pauta na experiência escravagista.

### **Considerações finais**

Ao fim desse artigo, o leitor deve estar se perguntando: qual a relação entre a historiografia analisada ao longo do texto e o discurso de Rui Barbosa citado no início dele? Na verdade, a fala de Barbosa nos serviu como ponto de partida para uma discussão historiográfica sobre o tema do pós-Abolição no Brasil. Então, para não deixar a ideia solta entre tantas palavras e frases escritas neste pequeno trabalho, voltemos ao tal discurso.

Desde o início, Rui Barbosa ressalta que cegos seriam aqueles que supunham na “abolição a derradeira página de um livro encerrado, uma fórmula negativa, a supressão de um mal vencido, o epitáfio de uma iniquidade secular” (BARBOSA, 1907, p. 237).

Acaso alguém, em algum lugar, continuasse enganado, os dias posteriores ao 13 de maio de 1888 iriam provar o contrário. Desde cedo havia uma ideia comum entre os senhores de escravos de que, uma vez emancipados, aqueles não se subordinariam ao trabalho das fazendas. Era preciso, portanto, educá-los, moralizá-los, discipliná-los para que não houvesse desorganização alguma das relações de produção.



As dissertações e teses aqui trabalhadas demonstram o quão difícil e complexo foi esse processo de moralização do trabalhador e cidadão ex-escravo. Se, por um lado, pensou-se na disciplinarização como tutela, por outro, os cidadãos negros não aceitaram ser tutelados pelo antigo senhor branco. Logo, as diferentes *visões da liberdade* serviram como parâmetros para escolhas e conflitos nas *encruzilhas* que o mundo pós-emancipação apresentou (CHALOUB, 2003; FRAGA FILHO, 2004).

Rui Barbosa, nosso oráculo, já sabia que a Abolição seria “um cântico de alvorada, o lemma já não misterioso” (BARBOSA, 1907, p. 273) de um novo mundo que estaria por vir. Brincadeiras à parte, o processo emancipacionista teve sua relevância política mesmo depois do 13 de Maio. Constituiu-se como campo de batalha pela construção de memórias racializadas, como nos mostra Wlamyra de Albuquerque. São nessas lutas que se constituíram os lugares sociais de brancos e negros na sociedade brasileira.

Como se pode ver, as dissertações e teses aqui trabalhadas tem em comum a concepção de que a experiência da escravidão marcou, sobremaneira, os modos e as perspectivas de vida cotidiana dos libertos. Valendo-se de depoimentos orais, processos-crime e da imprensa da época, Lucia Helena Oliveira Silva (2001) deixou claro que a *diáspora* negra de São Paulo para a cidade do Rio de Janeiro teve como ponto propulsor as elaborações e reelaborações das memórias dos libertos em relação aos seus passados como escravos. Tanto a experiência de migração, como as expectativas de liberdade de negros estiveram sempre vinculadas às bagagens sociais assimiladas a partir das práticas costumeiras do mundo escravista, assim como as suas estratégias de manutenção da vida cotidiana e as perseguições policiais que sofreram.

Walter Fraga Filho (2004) compartilha desse horizonte teórico. Ele atesta em seu trabalho que noções racializadas pautaram a constituição dos estereótipos sociais em relação aos ex-escravos. Se, por um lado, a lida no interior do mundo da escravidão reordenou as suas compreensões de direitos, por outro, não deixou de estabelecer uma tentativa de controle cada vez mais forte dos ex-senhores em relação aos seus ex-cativos.

Elciene Azevedo, em *A metrópole às avessas: cocheiros e carroceiros no processo da invenção da “raça paulista”*, analisa o processo de disciplinarização do trabalho em transportes urbanos e de cargas na São Paulo do século XIX. Para ela, a memória



racializada das elites paulistas foi a regra seguida na “tentativa de ordenar um setor de prestação de serviços” - constituído por negros e mulatos que exerciam sua ocupação longe das vistas de seus empregadores - “que nesses tempos estava em plena ascensão”. Por isso surgiu a necessidade de uma subordinação desses trabalhadores à autoridade policial, que lhes vigiaria com punições visando a disciplina desses trabalhadores, instabilizando em alguma medida suas condições de homens livres.

Esses textos nos levam a pensar sobre as fronteiras entre escravidão e liberdade no Brasil oitocentista, mas também o legado que a relação instável entre elas deixou para a República. Sidney Chalhoub (2010) trata da *precariedade estrutural* de liberdade no Brasil imperial em dois artigos. Para ele, a experiência da vida em liberdade dos egressos da escravidão guardou sempre o temor da volta à condição escrava. Na cidade do Rio de Janeiro da metade do século XIX houve uma relação íntima entre escravização ilegal e precarização da condição do negro livre (CHALHOUB, 2009, p. 27).

“A alternativa à escravidão, para negros pobres, era a liberdade precária, possível apenas na órbita da dependência pessoal, sob pena de estada no xilindró por vadiagem – e vadios viraram recrutas às pencas” (AZEVEDO, et al., 2009, p. 15).

Em seu último livro, *A força da escravidão: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, demonstra que as lógicas sociais e políticas do Império velaram as maneiras pelas quais “a força da escravidão tornava precária a experiência de liberdade de negros livres e pobres” (CHALHOUB, 2012, p.28). Portanto, pensando nos *domínios da ilegalidade*, o historiador analisa que houve uma grande dificuldade em garantir o cumprimento da lei de 7 de novembro de 1831 – que proibia o tráfico escravo e tornava livre todo aquele que fosse introduzido como cativo no Brasil a partir daquela data (CHALHOUB, 2012, p.46-47). Isso se deu por que a escravidão *ilegítima* de negros trazidos pelo tráfico ao país, ou de libertos por cartas de alforrias, parecia constituir um hábito naturalizado e trivial. A percepção historiográfica dos riscos e das agruras da vida em liberdade desses agentes históricos contribuí para a reflexão sobre o legado da escravidão no período pós-emancipação (CHALHOUB, 2010, p.34).

Pautando-se, portanto, na história social da escravidão e do processo de Abolição brasileiro da geração dos anos de 1980-90, os estudos aqui expostos revelam que



experiências e lembranças dos tempos do cativo também existiram na construção da cidadania do negro no Brasil. No entanto, como podemos notar nos textos dos sete historiadores, aqui problematizados, são os *significados da liberdade* que buscaram apreender em suas pesquisas. Dessa maneira, perceberam a agência conflituosa dos negros na construção da cidadania e da justiça num mundo posterior à escravidão. Mundo impregnado por resquícios dos costumes da sociedade escravista e pelo racismo, mas, oxalá, campo de batalha política contra a marginalização e a exclusão.

### **Referências**

ABREU, Marta; PERREIRA, Matheus Serva (orgs.). **Caminhos da liberdade**: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: Editora UFF, 2011.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletérios e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro. **Novos Estudos**, nº21, p. 30-56, 1988.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999

\_\_\_\_\_; CANO, Jefferson; PEREIRA CUNHA, Maria Clementina; CHALHOUN, Sidney (orgs.). **Trabalhadores na cidade**. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. A metrópole às avessas: cocheiros e carroceiros no processo de invenção da “raça paulista”. In: CANO, Jefferson; PEREIRA CUNHA, Maria Clementina; CHALHOUN, Sidney (orgs.). **Trabalhadores na cidade**. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

AZEVEDO, Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites (século XIX). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Rui. Manifestação da sociedade Libertadora Bahiana e outras associações Abolicionistas em 29 de Abril de 1888. In: \_\_\_\_\_. **Discursos e Conferências**. Porto: Empresa litteraria e typographica Editora, 1907.



CAIRES SILVA, Ricardo Tadeu. “IÔ-IÔ CARIGÉ DÁ CÁ MEU PAPÉ”: A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE LIBERTADORA BAHIANA E A AGÊNCIA ESCRAVA NOS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO (1883-1888). In: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011. Porto Alegre, RS. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/silva%20ricardo%20tadeu%20caires.pdf>, acesso em: 24/09/2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês**: o protocampesinato negro nas Américas. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

CHALHOUB, Sydney; Ribeiro, Gladys Sabina; ESTEVES, Martha de Abreu. Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio: vivências de libertos, “galegos” e mulheres pobres. **Revista Brasileira de História**, v.55, nº8/9, p.85-116, 1985.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2001

\_\_\_\_\_. **Visões da liberdade**: uma historia das últimas décadas da escravidão na corte. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

\_\_\_\_\_. Costumes senhoriais: Escravidão ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império. In: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; PEREIRA CUNHA, Maria Clementina; CHALHOUB, Sidney (orgs.). **Trabalhadores na cidade**. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, nº 19, segundo semestre de 2010.

\_\_\_\_\_. **A Força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



COOPER, Frederick, HOLT, Thomas C. e SCOTT, Rebecca. **Além da escravidão:** investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedade pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da e GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). **Quase-cidadão:** histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Fio de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90,** Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez., 2009.

\_\_\_\_\_. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi,** v. 12, nº 23, p. 118-139, jul.-dez., 2011.

FONER, Eric. **Nada além da liberdade:** a emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade:** história e trajetórias de escravos e librtos na Bahia, 1870-1910. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2004,

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LARA, Sílvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Revista projeto História,** v. 16, p. 25-38 27, 1998.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão:** trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Em torno da autonomia escrava: Uma nova direção para História Social da escravidão. **Revista Brasileira de História,** v.8, nº16, p.143-160, 1988.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, São Paulo: EDUSP,1994.



PASSOS CUNHA, Sílvio Humberto dos. **Um retrato fiel da Bahia: sociedade, racismo, economia na transição para o trabalho livre no recôncavo açucareiro (1871-1902)**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2004.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

REIS, João José. **Domingos Sodré: um sacerdote africano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

\_\_\_\_\_; Silva, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no brasileiro escravista**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Tradução de Anne-Marie Milon de Oliveira. **Revista Brasileira de Educação**, v.15, nº45, set-dez. 2010.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTIAGO, Silvana. **Tal Conceição, Conceição de Tal: Classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das letras, 2012

SILVA, Lúcia Helena O. **Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro (1888-1926)**. Tese (Doutorado), UNIVERSIDADE Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2012;





SOUZA, Robério Santos. **Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia:** trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909). Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2007.

TESSARI, Cláudia Alessandra. **Tudinhas, Rosinhas e Chiquinhos:** o processo de emancipação dos escravos e os libertos no mercado de trabalho, Piracicaba (1870-1920). Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2000.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou Planetário de Erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum:** Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Miséria da Teoria ou Planetário de Erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **Formação da classe inglesa:** a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. Vol. 1

XAVIER, Regina Célia Lima. **História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional:** guia bibliográfico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007

\_\_\_\_\_. **Escravidão e Liberdade:** Temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.

*Recebido em 29 de Setembro de 2013.*

*Aprovado em 22 de Dezembro de 2013.*